



DENISE ROTHENBURG (Com Eduarda Esposito)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Alerta vermelho I

Deputados começam a semana sob o impacto da pesquisa Ipec do último sábado, que apresentou 62% da população contrária a uma candidatura de Lula à reeleição, o que mexerá com o humor do próprio governo em relação às medidas econômicas. Tem gente dentro da equipe presidencial querendo pisar no freio de qualquer ajuste fiscal que possa comprometer programas sociais, justamente por causa da popularidade.

Alerta vermelho II

Preocupada com os números do Ipec sobre os motivos que levam o eleitorado a não querer a reeleição de Lula, a deputada Sâmia Bomfim (PSol-SP) vai defender revisões de qualquer política de cortes de benefícios. “É preciso rever essa política porque, inclusive, na base histórica eleitoral do Lula, está havendo aumento da sua reprovação. Tem uma relação direta com a redução do BPC e do impacto no salário mínimo dos projetos aprovados no fim do ano passado”, disse ela à coluna.

Cautela com o tarifaço de Trump

A Amcham Brasil (Câmara Americana de Comércio para o Brasil) ouviu 775 empresas brasileiras em sua Pesquisa Plano de Voo 2025 e descobriu que 60% dos empresários consideram que o Brasil deve adotar uma postura proativa para ampliar o diálogo e fortalecer as relações econômicas com os Estados Unidos. Trinta e um por cento defendem uma abordagem mais moderada, mantendo a cooperação, mas evitando protagonismo excessivo. E apenas 9% consideram que o Brasil deveria adotar uma postura reativa ou indiferente diante do novo governo americano.

Incertezas além dos EUA

A pesquisa mostra que a transição política nos EUA (60%) não é o único fator externo no radar. Outros desafios são: disputas geopolíticas (58%), crescimento do protecionismo (48%), oscilação das commodities (48%) e desempenho da economia global (48%).

Endereço e CPF

Aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva viram na carta aberta do advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, ao PT, uma crítica direta aos ministros palacianos e à primeira-dama, Janja da Silva — hoje as pessoas mais próximas do presidente. O trecho do documento que incomodou o Palácio do Planalto foi o que tratou o

presidente como alguém “isolado” e, em especial, o que traz a afirmação: “O Lula do terceiro mandato, por circunstâncias diversas, políticas e principalmente pessoais, é outro”. Isso foi visto como uma crítica à primeira-dama. A avaliação geral por ali é de que, quando um amigo quer ajudar, não expõe. Vai ao palácio e fala olhando nos olhos.



Nem tudo são flores

Os principais fatores de preocupação para 2025 são: incertezas econômicas (72%), incertezas políticas (45%), insegurança jurídica (36%), comportamento da demanda interna no Brasil (31%) e disponibilidade e custo da mão de obra (30%). Na economia, os riscos apontados foram: juros elevados (77%), desequilíbrio fiscal (64%), inflação elevada (63%), volatilidade cambial (59%) e instabilidade política (54%).

CURTIDAS

Lira 100% Alagoas/ O ex-presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), está dedicado às bases. A ordem é consolidar o caminho rumo a 2026. Ele tem desfilado com o prefeito de Maceió, João Henrique Caldas, o JHC, na maioria das solenidades.

Diplomacia/

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), chamou os líderes partidários para receberem o presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa (foto), e comitiva, às 15h30, no Salão Negro. A ideia é prestigiar o colegiado.



Por falar em Hugo Motta... / O presidente da Câmara está cada dia mais à vontade nas redes sociais. A postagem da vez foi um vídeo com seu filho, Huguinho, numa conversa sobre as responsabilidades de adotar um cachorro. “Estamos aqui debatendo esse tema”, disse o deputado. O filho, com uma cara de quem está refletindo sobre os cuidados com o animalzinho, ouviu do pai que a decisão não vai demorar. Afinal, Motta não disse, mas está mais fácil Huguinho cuidar do cachorro do que os partidos se acertarem sobre as comissões da Câmara.

Livro novo na área/ Será lançado, amanhã, o livro *A jurisprudência da crise no enfrentamento da erosão democrática brasileira*, de Evelyn Melo Silva, advogada que estudou a fundo todas as decisões sobre os atos antidemocráticos publicadas até agora. Ela autografa a obra no Sebinho da 406 Norte, a partir das 18h.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ação para controlar Orçamento

Líderes articulam mudança no formato de escolha dos comandos das comissões da Casa para terem maior controle sobre emendas

» ISRAEL MEDEIROS

Para obter fatias cada vez maiores do Orçamento da União, líderes partidários da Câmara discutem mudar a forma como os presidentes das comissões permanentes da Casa são escolhidos. A ideia é que indiquem diretamente os ocupantes desses cargos, sem que precisem passar por votação. O tema foi discutido na reunião do Colégio de Líderes com o presidente Hugo Motta (Republicanos-PB), na última quinta-feira. A informação foi publicada ontem pelo jornal *Folha de S.Paulo* e confirmada pelo **Correio**.

Esse modelo daria maior poder aos líderes no que diz respeito às emendas de comissão, que são alvo de uma queda de braço entre o Legislativo e o Judiciário, desde o ano passado. No fim de 2024, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), bloqueou R\$ 4,2 bilhões em emendas de comissão, que foram indicadas diretamente pelos líderes partidários da Casa na época em que o governo tentava aprovar o pacote de corte de gastos.

Apesar dos apelos da advocacia da Câmara, Dino enfatizou que as emendas de comissão precisam, obrigatoriamente, ser aprovadas pelos colegiados e que os líderes partidários não têm poder para indicar os recursos. Posteriormente, ele liberou parte do dinheiro que tinha sido indicado antes de sua decisão a fim de evitar insegurança jurídica.

Formalmente, os presidentes das comissões, hoje, são escolhidos pelo voto para mandatos de um ano, mas, na prática, tudo é combinado. Os partidos com mais cadeiras ficam com os colegiados mais importantes e as indicações para concorrer aos cargos são oficializadas pelos líderes partidários quando há acordo para eleger os presidentes.

Regimento interno

Para levar adiante a mudança que está sendo articulada, seria preciso mudar o regimento interno. Sem eleição, os presidentes também não teriam mandato e atuariam de acordo com as orientações dos líderes partidários.

Segundo apurou o **Correio**, o

assunto ainda está sendo amadurecido e deve levar algum tempo para avançar. Desde que Hugo Motta assumiu o comando da Câmara, o Colégio de Líderes tornou-se um laboratório de ideias, para onde os deputados levam propostas que são debatidas pelos deputados que o compõem. Os temas são, então, “testados” junto às bancadas e é nesta fase de consultas, segundo líderes ouvidos pelo **Correio**, que está a ideia de alterar o processo para ocupar as presidências das comissões.

Na Câmara, a instalação das comissões ficará para depois do carnaval, pois alguns cargos ainda são alvo de disputa. Uma delas é entre o MDB e o PL — ambos querem a relatoria do orçamento de 2026. A tendência é que o partido perdedor dessa disputa fique com o comando da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e de Cidadania.

No Senado, a situação está pacificada. O presidente Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) recebe hoje os líderes partidários para tratar da pauta de votações e da instalação das comissões, prevista para ocorrer amanhã.

Prefeito é acusado de forjar atentado na busca pela reeleição

Fotos: Reproduções/Redes sociais



A Polícia Civil e o Ministério Público de São Paulo concluíram que foi forjado o atentado a tiros contra o ex-prefeito Taboão da Serra, José Aprígio da Silva, na campanha de 2024. Afirmam que o crime foi encenado

para turbinar a campanha de reeleição. Aprígio foi atingido na clavícula por uma bala de fuzil. O disparo perfurou o vidro do carro blindado da prefeitura, um Jeep Renegade preto, na rodovia Régis Bittencourt. Segundo o



MP-SP, há “indícios razoáveis” de que os aliados do prefeito estão envolvidos em um “crime grave, cujas impressões iniciais apontam para a hediondez” e que poderia “influir diretamente na eleição municipal”.

Motta afasta opositora do Marco Temporal

» LUANA PATRIOLINO

A troca feita pelo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), na representação junto à Comissão de Conciliação do Marco Temporal no Supremo Tribunal Federal (STF), pode indicar que a Casa seguirá em outra direção a respeito da demarcação de terras indígenas. Ele tirou a deputada Célia Xakriabá (PSol-MG) do

colégio e colocou a bolsonarista Sílvia Waiápi (PL-AP).

A apoiadora do ex-presidente Jair Bolsonaro várias vezes defendeu o Marco Temporal, segundo o qual os indígenas somente têm direito às terras que possuíam em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da atual Constituição, ou que estavam em disputa judicial à época. Célia, por sua vez, era suplente do deputado Lúcio Mosquini (MDB-RO),

mas esteve presente a 12 das 16 sessões da comissão. Pelas redes sociais, ela classificou sua substituição como “absurda”.

“É uma forma de desrespeito que parlamentares que sequer participaram de nenhuma sessão — como a deputada Sílvia Waiápi — tentam, agora, dividir e enfraquecer nossa luta de maneira colonial, patriarcal e divisionista. O mesmo método usado na ditadura militar, quando se colocava indígenas para

torturarem outros indígenas, promovendo criminalização e dupla violência, se repete hoje”, protestou.

O **Correio** procurou Sílvia e, segundo ela, Célia “não foi impedida de sentar-se à mesa de conciliação e, sim, continua designada como suplente na Comissão de Conciliação sobre o Marco Temporal na Suprema Corte”. A deputada do PL acrescentou: “Sou uma das parlamentares mais atuantes nas questões referentes ao Marco

Temporal e uma das que mais ativamente participou nas discussões no Congresso Nacional. A referida deputada me considera intelectualmente inferior e incapaz de compor a comissão?”, cobrou. O **Correio** também questionou Hugo Motta sobre o motivo da troca, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.

O STF iniciou, ontem, o debate sobre a minuta que será proposta ao Congresso para alterar a

Lei do Marco Temporal. O projeto foi apresentado pelo ministro Gilmar Mendes, na semana passada, com base nas discussões feitas nas audiências desde agosto de 2024.

O texto é composto por 94 artigos e servirá de base para a análise pelos integrantes da Comissão Especial de Conciliação. Eles poderão fazer modificações e aprimoramentos até que o material seja entregue ao Legislativo.